



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária do 2º Período Ordinário da 20ª Legislatura da Câmara Municipal de Oriximiná.

Aos doze dias do mês de novembro do ano dois mil e vinte e cinco, sob a Presidência do vereador Renan Monteiro Guimarães, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Antônio Odinélio Tavares da Silva Júnior, Antônio Junior de Souza Leite, Mônica Franco dos Anjos, Manoel Lucivaldo Siqueira, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Edcarlos de Souza Azevedo, Antônio Picanço Cardoso Júnior, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Marta Monteiro Godinho, Miguel Ângelo de Oliveira Canto, Arnaldo de Oliveira Gemaque e Rosivaldo da Costa Junior. Ausentes os vereadores: Marcelo Augusto Andrade Sarubbi e Darlison da Silva Gomes, os dois com ausências justificadas por se encontrarem devidamente licenciados. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º Secretário que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. A seguir o Sr. Presidente solicitou ao 1º Secretário que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Requerimento nº 055/25, da vereadora Monica Franco, pede que seja oficiado ao Prefeito e a Secretária Municipal de Integração, requerendo a realização de serviços de manutenção e nivelamento do campo de futebol da Comunidade Santa Luzia, no lago Iripixi; Moção de Pesar a família da Senhora Rosália de Figueiredo Pantoja, pelo falecimento da mesma, ocorrido recentemente em nosso município; Projeto de Lei nº 101/25, de autoria da vereadora Monica Franco, que Institui o Programa Municipal de Incentivo a Contratação de Mão de Obra Local, concedendo benefícios fiscais e tratamento prioritário fiscais e tratamento prioritário as empresas que demonstrarem compromisso com o desenvolvimento socioeconômico; Ofício nº 561/25, expedido ao Coordenador do COMTRAN; Projeto de Lei nº 102/25, Autoriza o Poder Executivo a adquirir imóvel destinado a implantação do Cristo Intercessor da Amazônia e equipamentos públicos da Amazônia e equipamentos públicos correlatos, e dá outras providencias; Ofício nº 287/25, recebido do Prefeito Municipal. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra aos senhores vereadores.



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente facultou a palavra aos Líderes Partidários. Não havendo nenhum Líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente interrompeu a Sessão para cumprimento do Intervalo Regimental de quinze minutos. Decorrido o tempo regimental, o Sr. Presidente passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando ao 1º Secretário que fizesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Lido e submetido a discussão o requerimento do vereador Toninho Picanço nº 034/25, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, que determine a secretaria competente a execução de obras de pavimentação em concreto no trecho da travessa Bela Vista, compreendido entre a rua Marechal Castelo Branco e o rio Trombetas, criando também uma rampa. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o Requerimento nº 035/25, do mesmo vereador, pede que seja oficiado ao Prefeito Municipal, que determine a secretaria competente a realizar a pavimentação em concreto da rua Braz Miléo, no perímetro que dá acesso ao Bairro Bela Vista. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Lido e submetido a discussão o requerimento da vereadora Monica Franco. Dito requerimento, posto em votação, foi aprovado por unanimidade. Esgotadas as matérias em pauta para discussão e votação, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores. Com a palavra o vereador Junhão, cumprimentou a todos e destacou a importância dos requerimentos apresentados, com ênfase nos pedidos de pavimentação das vias públicas, principalmente nas áreas periféricas, ressaltando que diversos trechos se encontram em condições precárias. Por esta razão, sugeriu que os quinze vereadores apresentem um requerimento conjunto solicitando a pavimentação geral das vias públicas da cidade que estão danificadas, de modo a fortalecer o pleito junto ao Poder Executivo. Continuando o Edil lembrou da solicitação sua e da vereadora Mônica, referente à continuidade de pavimentação da Travessa Magalhães Barata, solicitando atenção especial da gestão municipal. A seguir fez uso da palavra a vereadora Monica Franco, reforçou os pontos apresentados pelo Vereador Junhão, lembrando que já havia protocolado requerimentos referentes à Travessa Magalhães Barata, inclusive solicitando iluminação pública e avaliação da tensão elétrica pela empresa responsável. Agradeceu ainda aos vereadores da Comissão de Saúde que subscreveram documento destinado ao Ministério Público sobre a demanda reprimida de exames de ressonância magnética. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Toninho Picanço, que ressaltou a iniciativa do Vereador Junhão ser louvável, mas infelizmente não será possível recuperar em poucos anos todos os danos acumulados ao longo de doze anos. Reforçou que o Prefeito Municipal possui intenção de pavimentar integralmente a cidade, conforme seu plano de governo, mas que o trabalho



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

precisa ocorrer de forma gradual e mediante definição de prioridades, destacando requerimentos já apresentados por diversos vereadores com esse objetivo. Com a palavra o Vereador Manoel Buchecha, registrou sua preocupação sobre o Projeto de Lei que versa sobre a Farmácia Viva e as plantas medicinais, protocolado há mais de vinte dias neste Parlamento. Solicitou esclarecimentos sobre eventual inconstitucionalidade e a razão de o projeto ainda não ter avançado para votação, destacando sua relevância para as comunidades quilombolas e ribeirinhas. Continuando falou sobre o Dia da Consciência Negra, comemorado no próximo dia 20 de novembro, inclusive seria de grande valia que fosse apresentada aquele povo a lei já sancionada sobre a farmácia viva. Finalizou o nobre vereador solicitando um esclarecimento sobre a não aprovação do referido projeto de lei nesta sessão. Ocupou a tribuna o vereador Miguel Canto, esclarecendo que, ao analisar o projeto de lei, observou pontos que necessitavam de parecer jurídico, especialmente quanto à criação de despesas para o Executivo, o que poderia exigir que a proposta tramitasse como indicação, projeto autorizativo ou outra forma adequada, conforme o Regimento Interno. Ressaltou que não há oposição ao mérito, mas a necessidade de resguardar a legalidade, evitando precedentes inadequados. O vereador Ludugero Júnior, relator da matéria pela Comissão de Justiça, informou que a Comissão se reuniu regularmente, que o projeto se encontra dentro do prazo regimental e que seu parecer inicial é favorável. Contudo, diante das dúvidas levantadas sobre constitucionalidade, foi solicitado parecer jurídico para subsidiar a decisão final da Comissão, que deverá se reunir ao final da sessão para deliberação do mesmo. A seguir, a Vereadora Marta Godinho, fez uso da palavra, esclarecendo os prazos regimentais das comissões e informando que o projeto segue tramitando normalmente, não estando engavetado. Ressaltou que, caso haja necessidade de adequação legal, o autor poderá converter a proposição em indicação ao Executivo. Manifestou apoio à proposta e reiterou que tudo que for relevante para o município terá respaldo dos vereadores. Não havendo mais oradores, o Senhor Presidente passou a direção dos trabalhos ao 1º Secretário para fazer uso da palavra. Na tribuna o Vereador Renan, reafirmou ao Vereador Manoel Buchecha que a Mesa Diretora dará celeridade ao projeto de lei tão logo seja devolvido pelas comissões competentes, o que possibilitará a votação antes das comemorações do dia 28 do corrente na Comunidade Boa Vista. Em seguida, relatou informação recebida pela Secretaria da Câmara de que a empresa Equatorial Energia teria se recusado a receber ofício encaminhado por esta Casa, sobre uma solicitação da Vereadora Mônica, pedindo informações. Disse ser um desrespeito da empresa Equatorial para com este Parlamento e anunciou que buscará orientação jurídica para adoção das medidas cabíveis, incluindo o envio de certidão ao Ministério Público. Em seguida convidou os vereadores para reunião imediata com o jurídico



CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ

da Casa após o encerramento da sessão, para tratar deste assunto. Retomando a presidência, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para quarta-feira, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, _____, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário